

O negociador do mapa do Brasil

Iris Kantor



Alexandre de Gusmão (1695-1753): O estadista que desenhou o mapa do Brasil
Synesio Sampaio Goes Filho
Editora Record
224 páginas
R\$ 59,90

No mais recente livro do embaixador Synesio Sampaio Goes Filho, reconstituição e interpretação histórica se imbricam de maneira concatenada, permitindo que tanto o leitor comum quanto o especializado compreendam o teor das controvérsias historiográficas relacionadas a Alexandre de Gusmão (1695-1753), secretário de Estado do rei português João V (1689-1750) e ator decisivo na preparação das negociações entre as Coroas ibéricas na assinatura do Tratado de Madri em 1750.

Retratado como um dos patronos do Itamaraty, esse súdito da Coroa portuguesa tornou-se exemplo de trajetória bem-sucedida nas esferas de decisão política em Lisboa. A bem da verdade historiográfica, o autor nos adverte de que se trata de uma reputação construída *a posteriori*. Em vida, Gusmão nunca obteve notoriedade ou as recompensas financeiras que lhe caberiam. Sucessivos requerimentos da viúva ao Conselho Ultramarino demonstram as dificuldades que a família enfrentou depois da sua morte.

Todavia, a repercussão das suas ideias pode ser atribuída à farta circulação de correspondências, memoriais, arbítrios e pareceres manuscritos, transmitidos de geração a geração, guardados em bibliotecas da nobreza e gabinetes da administração régia, em versões autografadas ou em cópias inautênticas, que só vieram a ser publicadas integralmente no século XX.

Dotado de uma admirável imaginação geopolítica, forjada no calor dos acontecimentos, Gusmão integrou as embaixadas extraordinárias em Roma, Madri, Paris e Turim, atuando em prol do reconhecimento diplomático de Portugal nos congressos internacionais e, particularmente, na Santa Sé, onde negociou a prerrogativa do rei português de escolher os bispos das dioceses ultramarinas. Um servidor que propôs novas formas de gestão territorial e fiscal que vieram a ser aplicadas nas capitanias sul-americanas.

A biografia coloca em causa algumas assertivas presentes nos estudos canônicos sobre o processo de formação territorial no período colonial, revisita as obras clássicas de Jaime Cortesão (1884-1960) e de Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), trazendo elementos novos para nossa reflexão. A empreitada também abarca artigos, livros e teses

defendidas no ambiente universitário brasileiro. Daí o tom de conversa bem informada encadeada por uma narrativa fluente ao longo de seus 12 capítulos, nos quais hipóteses, conjecturas e dúvidas são expostas com clareza.

Como destaca o prefaciador, o diplomata e historiador Rubens Ricupero, um dos méritos do livro é procurar transcender a perspectiva dominada pela obsessão dos litígios fronteiriços, muito comum entre os historiadores do Itamaraty. No livro, Sampaio Goes Filho supera esse vezo profissional na medida em que situa historicamente as ideologias geográficas elaboradas desde o período colonial até a contemporaneidade.

Entretanto, o autor não desconsidera o papel das metageografias, recorrendo às obras de antropólogos, cineastas e literatos para reiterar a importância da dimensão ficcional na construção dos vínculos humanos, civilizacionais e nacionais.

Assim, coube a Gusmão a configuração mental daquilo que na época era incomensurável ou impreciso. O capítulo dedicado à análise do “Mapa das Cortes” é especialmente atraente, pelo debate em torno do protagonismo de Gusmão na elaboração das noções jurídicas de *uti possidetis*. Aqui, o autor reafirma a hipótese de Cortesão sobre a manipulação intencional dos meridianos de longitude no mapa do Tratado de Madri.

De toda forma, não resta dúvida de que o mapa supervisionado por Alexandre de Gusmão projetou uma linha de demarcação provisória. De fato, os plenipotenciários fixaram alguns pontos de direção e linhas, porém estava prevista a necessidade de alterações, na medida em que observações astronômicas com instrumentos científicos fossem realizadas *in loco* e, sobretudo, após a atribuição de uma nova toponímia aos rios e acidentes geográficos percorridos. A nova toponímia deveria ser acordada entre os chefes das expedições militares portuguesas e espanholas e confirmada nos gabinetes de Madri e Lisboa. O livro demonstra que os mitos têm sua razão de ser, e as boas controvérsias retiram o pó acumulado nas estátuas.

Iris Kantor é professora no Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) e autora de *Esquecidos & renascidos: Historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759)*. (Hucitec/Centro Estudos Baianos, 2004).